



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações etnográficas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

?A cultura somos nós?: interfaces entre cultura popular e as políticas de patrimonialização

Autoria: Cicera Tayane Soares da Silva, Julie Antoinette Cavignac

O presente artigo busca elaborar uma reflexão sobre os impactos da política de patrimonialização nos grupos da cultura popular na festa de Santo, que ocorre na cidade de Barbalha, interior do Ceará. O work aqui apresentado faz parte da pesquisa de doutorado que se encontra em desenvolvimento. A festa de Santo Antônio foi reconhecida no ano de 2015 enquanto patrimônio de natureza imaterial, tendo uma trajetória que remonta ao século XVIII. Ao longo dos anos a festividade passou por grandes modificações, tais mudanças correspondem às funções estéticas, visuais e a forma com que a devoção é vivenciada. Essas tensões são perceptíveis através do momento em que a festa passa a ser reconhecida por seus agentes através da categoria da carnavalização. Assim, percebe-se a classificação do festejo em dois momentos, festa religiosa e festa profana. Nesse cenário, que comporta o sagrado/profano, erudito/popular, modernidade/tradição, as políticas do patrimônio imaterial surgem como uma ferramenta para garantir a preservação da tradição, em virtude de que o processo de salvaguarda busca apoiar a continuidade dos bens tombados. No entanto, chamamos à atenção de forma preliminar para algumas questões que envolvem as políticas de patrimonialização e seus conflitos com os grupos da cultura popular local. Tais questionamentos surgem mediante algumas aproximações preliminares com campo. Assim, qual o papel da patrimonialização para a preservação dos grupos da cultura popular? Como essa política garante a permanência desses grupos em uma festa que tem uma forte agência do mercado? Quem são os agentes envolvidos e como eles negociam suas relações de poder neste espaço? Frente a isso, o work busca pensar os conflitos existentes entre as políticas de patrimonialização e os grupos da cultura popular, ressaltando os processos que levaram a festa a

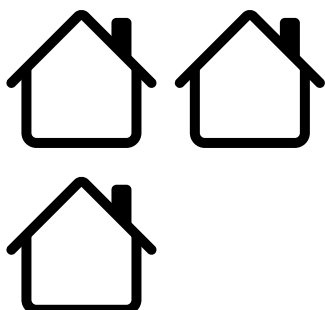


se tornar um marco distintivo para a cultura do Cariri.

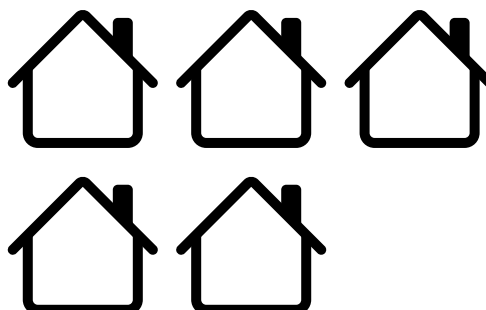
[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

